

CURRÍCULO E GEOGRAFIA ESCOLAR: UMA CONSTRUÇÃO SOCIOPOLÍTICA

Bruna Dias Assis dos Santos¹

Introdução

Adentrando no campo de discussão sobre o currículo escolar, a primeira questão que vem a mente seria o que de fato é um currículo escolar, e de forma “fantasiosa” poderíamos imaginar o currículo como um planejamento da trajetória escolar visando o desenvolvimento integral dos educandos, considerando as competências e habilidades úteis a eles. Saindo do modo utópico, é interessante que entendamos as relações que permeiam verdadeiramente essa temática.

As práticas sociais dominantes que estão vigentes em determinado espaço-tempo são os principais agentes na construção do currículo, isso porque o que determina o “importante” são escolhas políticas mutáveis, que corroboram, inclusive, com mecanismos de exclusão social, fortalecendo um coletivo hegemônico.

“Essa é a interface entre conhecimento escolar e interesses de grupos poderosos da sociedade. As disciplinas escolares não são definidas de uma forma acadêmica desinteressada, mas sim em uma relação estreita com o poder e os interesses de grupos sociais. Quanto mais poderoso é o grupo social, mais provável que ele vá exercer poder sobre o conhecimento escolar.” (GOODSON, 2007, p 244)

O corrente modelo de ensino de memorização e repetição tem demonstrado sua ineficácia a partir do momento em que não contempla essas múltiplas realidades escolares. Em fato, a Escola que deveria ser a instância importante na busca de uma sociedade igualitária e justa, se torna um aparelho de exclusão social e de manutenção das hierarquias sócio-econômicas.

São nos momentos de “crise no ensino” que tendem a se redefinir os papéis tradicionalmente reservados à escola. Todavia, é preciso constatar que não há validade em um currículo padronizado e compreender que uma concepção narrativa dos métodos de ensino-aprendizagem consegue por o sujeito-aluno como construtor na sua própria ação de aprender e o sujeito-professor como mediador na sua ação de ensinar. Dentro dessa concepção, além do fator primordial do papel ativo dos envolvidos, em especial do próprio

¹ Graduanda em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
E-mail: bruna_das@yahoo.com.br

sujeito-aluno, na obtenção de significação do conhecimento, há o incentivo ao empenho real que é recompensado com a aprendizagem da adaptação teórica para a prática cotidiana.

Após estabelecer que currículo é, principalmente, um ato político, passamos para o objetivo central desta pesquisa que é analisar como historicamente se formou o escopo teórico-metodológico do currículo da Geografia escolar no Brasil. Passando por marcos legais que institucionalizaram de forma ampla os currículos-base, veremos a presença da Geografia e suas diversas formas e interpretações ao longo dos tempos.

Para concluir nossas discussões optamos por, além de consultar os documentos-base, conversar com autores que trabalharam os marcos legais de diferentes épocas começando na época do Império (ROCHA, 2014; MARTINS DE ALBUQUERQUE, 2011), até chegar nas últimas grandes mudanças com os Parâmetros Nacionais Curriculares - PCN (CAVALCANTI, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (GUIMARÃES, 2018; LAPERUTA-MARTINS, ZWIRTES, 2020).

Traçamos esse caminho por entender que a falta de contextualização histórica desvia a visualização de todos os agentes envolvidos na produção curricular (Silva Junior, 2019), assim como para abrir espaço para a apreciação do pensamento social e composição político-cultural de momentos distintos na história educacional do Brasil que influenciam no nosso trabalho enquanto professores e nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos.

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa, após mergulhar nos textos sobre currículo, levantamos a reflexão teórica sobre a construção política deste documento da Geografia escolar. Para fins de comparação, optou-se por considerar os documentos curriculares de três distintos momentos na política brasileira: o Brasil Império, quando é institucionalizado o primeiro currículo documental padrão a ser utilizado no Colégio Pedro II; O Brasil da redemocratização pós ditadura militar, com o “re-fortalecimento” da disciplina nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); E, por fim, o Brasil com a democracia consolidada e a instauração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para melhor apreciação, optou-se por analisar os documentos buscando assimilações entre os marcos legais, considerando onde a Geografia aparece como disciplina independente.

Resultados e discussão

Segundo Rocha (2014) a Geografia escolar é institucionalizada no Brasil concomitante a institucionalização do Colégio Pedro II enquanto referência nacional de ensino em 1837, com o intuito de manutenção dos “bons costumes” da época.

Com ideais trazidos da França, seguindo o positivismo europeu da época, não só o formato de Escola (estudos simultâneos e seriados) mas, também, o currículo, no qual se priorizava os estudos literários, porém contendo outras disciplinas incluindo a Geografia (Rocha, 2014). Todavia, foi variável a presença desta disciplina nos currículos a cada marco legal durante o período do Império, assumindo inclusive diversas formatações e objetivos. Em primeiro momento a disciplina surgiu na maior parte dos anos escolares sob o título de “Geografia Descritiva” e para o ano de conclusão escolar era associada a Matemática e a Corografia, depois disso passou a integrar o currículo junto às aulas de História. Quando passa a ser uma matéria independente seu estudo seriado contempla em cada ano um continente do globo.

A Geografia escolar teve até então um caráter majoritariamente descritivo, com finalidade de conhecer o território e sua colocação não só na Terra, como também no Universo, visto que em alguns momentos a disciplina foi colocada junto com a Cosmografia. Inclusive, os primeiros livros de referência do século XIX tinham como conteúdo geografia matemática, corografia e cosmografia, entre algumas outras abordagens que constituíam a chamada “Geografia Geral” (Martins e Albuquerque, 2011)

Com o advento da República, em 1889, começam a aparecer novas transformações no país. Nesse momento a educação passa a ser um pilar no desenvolvimento ideológico nacionalista do novo governo, instituindo inclusive a laicidade no ensino e visando a oferta de ensino público e gratuito (Carvalho, 2015). Apesar disso, existe a manutenção de um modelo enciclopédico e introdutório.

Percebe-se que do início da República até o início do século XX, a Geografia se faz presente em grande parte do currículo escolar proposto. Porém, após esse momento, a disciplina vê seu enfraquecimento a cada nova reforma educacional. Nesse contexto, a Geografia vê seu uso encaminhado para a construção da nação e do patriotismo brasileiro, tendo seu papel no conhecimento principalmente do território físico do país. Essa Geografia vai perdurar nas escolas até os anos 60, no qual, no contexto da ditadura militar, se institui nas escolas os “Estudos Sociais” em detrimento da Geografia enquanto disciplina independente, com um propósito estritamente conservador e submetida a pedagogia tecnicista imposta pelo governo.

Com o início dos anos 80 e o início do processo de redemocratização do país, é a vez da Geografia passar por um movimento de “renovação” que pretendia romper com o tradicionalismo e se autoproclamava crítica.

“O “movimento” da década de 1980 também focava o ensino de Geografia, procurando atribuir maior significado social a essa disciplina escolar. Questionava-se a estrutura dicotômica, fragmentada (composta por “partes estanques”) do discurso da Geografia escolar (de um lado, apresentavam-se os fenômenos naturais e, de outro, os humanos). A proposta era de uma nova estrutura, cujo eixo era o espaço e as contradições sociais, orientando-se pela explicação das causas e decorrências das localizações de certas estruturas espaciais.” (CAVALCANTI, 2010, p.5)

Esse processo culmina, nos anos 90, na criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, nesse momento existe uma grande e variada oferta de metodologias e materiais didáticos de diferentes aportes metodológicos (Albuquerque, 2011). Junto com as PCNs, aparece uma nova forma de prescrição curricular dividida entre habilidades e competências, apesar de a sua idealização se dar para não ser prescritiva. Para essa nova proposta os conteúdos do ensino fundamental 2 são divididos em eixos temáticos que depois são destrinchados em temas e em seguida em conteúdos programáticos mais específicos, não tendo explicitado exatamente as habilidades e competências às quais se relacionam essas temáticas. Sob novas orientações, neste momento, a relevância da Geografia na formação de pessoas é reconhecida a partir da visão de uma sociedade globalizada, informacional e tecnológica, plausível de subjetividades e multiescalaridades, para se entender o contexto espacial onde estão inseridos (Cavalcanti, 2010), por isso no documento é defendido um campo chamado humanista da Geografia, tecendo claras críticas as correntes de pensamento tradicionais e marxista (BRASIL, 1998) .

Atualmente estamos vivendo uma conturbada transição para um “novo” modelo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que está em cheque desde sua concepção por refletir a instabilidade que se instaura sobre a política nacional. Além disso, a base se apresenta não enquanto currículo e sim como “diretrizes” (Guimarães, 2018). Todavia, basta um olhar mais atento para perceber que a novidade é somente no formato de apresentação, pois continua contido ali uma definição bem específica e tecnicista moldada em objetos de conhecimento e categorias de habilidades e competências sequenciados de forma parecida com o que já é praticado nas escolas. Para essa nova proposta os conteúdos são divididos em eixos temáticos que depois são destrinchados em seguida em conteúdos programáticos mais específicos. Já para a Geografia em si, optaram por não apresentar ou defender nenhuma

corrente em especial, sob a justificativa da “pluralidade” ((LAPERUTA-MARTINS; ZWIRTES, 2020).

Considerações finais

Durante esta pesquisa podemos perceber como é profunda a ligação entre política, sociedade e educação, em especial, na Geografia escolar. Por se tratar de uma disciplina bastante moldável vemos como foi aparelhada pelos mais distintos governos, podendo ser mais descritiva quando a idealização crítica não era fomentada e mais profunda quando era necessário marcar um rompimento entre épocas políticas.

Todavia, quando olhamos mais profundamente percebemos que mesmo existindo algumas mudanças nas correntes de pensamento geográfico apresentadas, o cerne curricular ainda mantém algumas “permanências” na sua aplicabilidade.

Palavras-chaves: Construção do currículo, Geografia escolar, documentos curriculares

Referências

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF

GOODSON, Ivor. Currículo, Narrativa e o Futuro Social. *Revista Brasileira de Educação: ANPED*, Campinas, v. 12, ed. 35, p. 241-252, Maio/Ago. 2007.

LAPERUTA-MARTINS, M.; ZWIRTES, P. . A BNCC em evidência: Aproximações do currículo com a proposta de Tyler e a Pedagogia das Competências. *ENSINO & PESQUISA*, v. 18, p. ---, 2020

MARTINS DE ALBUQUERQUE, M. A. DOIS MOMENTOS NA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR: a geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 1, n. 2, p. 19-51, 20 dez. 2011.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. "O Colégio Pedro II E a Institucionalização Da Geografia Escolar No Brasil Império." *Giramundo. Revista De Geografia Do Colégio Pedro II* 1, no. 1 (2014).

SILVA JUNIOR, H. M. C.. O currículo praticado no Ensino Médio de Geografia do CAp-UFRJ (1993-2014): um híbrido de práticas curriculares diferenciadas e práticas curriculares reguladas. *Perspectivas em Educação Básica*, v. 3, p. 164-178, 2019



CARVALHO, N. R. . A Geografia Escolar no Brasil: percurso histórico da colonização à Primeira República. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015, Havana. XV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Havana: Distribuidora Nacional ICAIC, 2015.

CAVALCANTI, L. S.. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos e alternativas. In: I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO ? Perspectivas Atuais, 2010, Belo Horizonte. Anais do I Seminário nacional : Currículo em Movimento: perspectivas atuais, 2010. p. 1-15

GUIMARÃES, I. V. Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Ensino em Re-Vista*, v. 25, n. 4, p. 1036-1055, 20 dez. 2018.